

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-12-2017.

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às vinte horas e onze minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17 (Processo nº 1478/17), após ser discutido por Prof. Alex Fraga e Cláudio Janta. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por nove votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga e Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por vinte e cinco votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Fernanda Melchionna, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por dezessete votos SIM e quatorze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Idenir

Cecchim, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Rodrigo Maroni. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 08 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudio Janta e Fernanda Melchionna, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, André Carús, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando renovação de votação para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17. Também, o Presidente declarou prejudicada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, em face da rejeição da Emenda nº 08. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Cláudio Janta, José Freitas, Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, este com Declaração de Voto, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por dez votos SIM e vinte e um votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Cláudio Janta e Valter Nagelstein, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do

Executivo nº 006/17, por nove votos SIM e vinte e dois votos NÃO, após ser encaminhada à votação por André Carús, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 13 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por trinta e um votos SIM, após ser encaminhada à votação por Idenir Cecchim, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por vinte e três votos SIM e oito votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando renovação de votação para a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17, por vinte votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni e Tarciso Flecha Negra e Não Dr. Goulart e Luciano Marcantônio. Durante a Sessão, Valter Nagelstein e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às vinte e duas horas e quarenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 20h11min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1478/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/17, que dispõe sobre a atividade de fiscalização das infrações administrativas no âmbito do Município de Porto Alegre, altera as atribuições da Guarda Municipal constantes no Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, os incs. IV, VI, IX, XII, XX e XXIX do art. 18, os incs. I, II e IV do art. 20, o art. 27, o *caput* e o inc. I do § 2º do art. 91-A, inclui o inc. XXXI no art. 18, o inc. V e o § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º, no art. 20, o art. 27-A, o § 6º no art. 91-A, o art. 91-B, o art. 91-C e o art. 91-D, todos na Lei Complementar nº 12 de 7 de janeiro de 1975.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 a 06.

Observações:

- Com Emendas nºs 01 a 06;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 18-12-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; algumas semanas atrás, fui procurado nos corredores da Câmara Municipal de Porto Alegre, por alguns servidores da Guarda pedindo apoio a este projeto. O servidor municipal que me procurou pediu apoio por conta da valorização que a Guarda teria, pois ficou acordado com o Governo que eles teriam um avanço para o nível sete. Eis que, no projeto de lei, não consta uma linha sequer sobre avanço da Guarda Municipal. Nem uma linha! Os servidores da Guarda Municipal foram enrolados, foram iludidos, foram ludibriados com mais uma mentira por parte deste Governo e por parte daqueles que o apoiam, porque o discurso do Prefeito é sustentado pelos seus representantes que aqui discutem e estão encaminhando a votação deste

projeto. Sim! O projeto em questão agrega algumas coisas positivas, porém, existem vários problemas. Um desses problemas é colocar várias outras atribuições, em especial a atribuição de fiscalização, pois está claro aqui: o exercício regular do Poder de Polícia Administrativa do Município, preventivo, educativo, fiscalizador e repressivo, concernente às ações desenvolvidas nas áreas de atividade sanitária, ambiental, comércio e prestadores de serviços, obras e posturas, é simultaneamente atribuído aos servidores e integrantes da Guarda Municipal e dos agentes de fiscalização. Portanto, estão colocando à Guarda Municipal novas atribuições, e eu não creio que os colegas da Guarda concordariam com essas novas atribuições, porque isso implica também responsabilização. Eles terão que se capacitar, se preparar, por exemplo, com todo arcabouço legal concernente ao direito ambiental, porque vão autuar, e o seu nome vai estar vinculado, talvez, a alguns processos.

Portanto, um erro cometido pelo Guarda Municipal pode ter um impacto negativo na sua carreira, na sua vida profissional, sem valorização financeira, que é o que foi usado para iludir esses servidores; portanto, nós não podemos nos deixar levar por esse debate leviano, dizendo que vai melhorar, que vai proteger a nossa população, porque é atribuição da Guarda Municipal zelar pela nossa integridade. A própria Ver.^a Comandante Nádia subiu aqui para falar sobre a Lei Federal nº 13.022, que define as atribuições da Guarda, mas não coloca a incumbência de fiscalização e vigilância sanitária, ambiental. Não! Isso aqui é uma invenção desta Prefeitura, do Executivo. É uma invenção!

E outra: eu acompanhei com muito orgulho uma manifestação dos alunos do Colégio Protásio Alves, que fecharam a Av. Ipiranga, uma das maiores desta Cidade, protestando contra o esfaqueamento de um colega seu; agora, o grêmio estudantil desta escola pode ser multado em até 100 mil Unidades Financeiras Municipais - cada UFM vale 4 reais. O grêmio estudantil pode receber uma multa de 400 mil reais – isso é irracional. O exercício da cidadania se dá também pelo livre exercício de protestar. Isso é exercer a cidadania, é tomar os espaços públicos, é fazer valer seu direito à voz para os que, muitas vezes, não têm vez. Esse projeto traz isso, porque coloca no colo da Guarda Municipal a incumbência de multar as pessoas. Concordo que o direito de ir e vir é importante; agora, o direito à moradia, à dignidade, à educação, a salário, a não ser esfaqueado nas redondezas da sua escola também não é um direito válido, não é um direito que deveria ser motivo de luta, de manifestação? Esse é o nosso repúdio a esses “jabutis” que estão no Projeto. Não nos opusemos à Guarda; apoiamos e valorizamos a Guarda Municipal. Gostaria que todas as nossas escolas tivessem um Guarda Municipal na sua portaria para garantir a nossa integridade; agora, esses “jabutis”...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero dizer aqui para começar que sou a favor de empoderar a Guarda Municipal. Agora, não sou a favor de botar os guardas a atender telefone, de botar os guardas a anotar recado; não sou a favor de botar os guardas a dirigir veículos, não sou a favor de botar os guardas... E agora eu faço uma pergunta aqui aos defensores aguerridos do projeto. O projeto trata de cercamento de terreno; segundo o art. 15, alterando o art. 27 da Lei Complementar nº 12, de 1975: “Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los” – isso tem interesse da Guarda Municipal? O projeto trata de uma pena de 500 UFMs a quem urinar ou defecar. Parece que há banheiros públicos por toda a cidade de Porto Alegre. O projeto trata da inclusão do art. 27-A: “Os proprietários de imóveis edificadas são obrigados a sua conservação e limpeza dos terrenos” – isso é papel da Guarda Municipal? O projeto trata de lojas que vendem *sprays* – isso é papel da Guarda Municipal? Está tudo aqui no projeto. Esse é papel da Guarda Municipal? Imaginem, vai ter emendas do sistema bancário de 15.000 UFMs com argumentos de baixar para 8.000 UFMS, que ia prejudicar o sistema bancário.

E agora nós vamos aos exemplos. Uma empresa não paga o 13º salário dos funcionários, aí esses funcionários vão protestar na rua, exigindo o pagamento do 13º salário. Quem vai pagar as 100.000 UFMs? O causador do protesto que não pagou o 13º salário dos funcionários ou os funcionários que estavam fazendo um protesto justo? (Palmas.) Uma construtora se compromete entregar 80 casas, cobra das pessoas, que pagam rigorosamente, chega no prazo da entrega dessas casas, chegam lá só tem o esqueleto, não tem a janela, não tem a porta, não tem o vaso sanitário, e as pessoas vão protestar. Quem paga? A construtora que não cumpriu o contrato, sendo que as pessoas pagaram, honraram decentemente, ou as pessoas que foram enroladas, enganadas por uma construtora? (Palmas.) Quem paga? Recentemente eu e o Ver. Luciano Marcantônio participamos de um grande debate no Campo da Tuca, onde apareceu o proprietário na comunidade. Nós tivemos que fazer protestos na Av. Bento Gonçalves. Quem paga? Os moradores do Campo da Tuca que moram há 40 anos naquela comunidade, e agora apareceu um herdeiro querendo tomar suas residências, ou o herdeiro que estava dormindo e acordou, resolveu que ali tinha uma propriedade sua? Agora mesmo aconteceu isso na Av. Manoel Elias. A Prefeitura foi cobrar IPTU de uma construtora, e a construtora descobriu que tinha um terreno. Ela foi lá e quis tomar o terreno das pessoas que moram há 40, 50 anos. Quem paga a multa? A construtora que não sabia que tinha um terreno, a Prefeitura que cobrou IPTU ou as pessoas que estão lutando pela sua casa, sua moradia? (Palmas.) Aqui não se fala de coisas importantes: passar a Guarda Municipal para o nível sete. Eu apresentei uma emenda passando vocês para o nível sete. O Governo não tem emenda aqui. Eu apresentei uma emenda dizendo que é à EPTC que cabe a multa no trânsito - nós temos uma empresa pública. Aqui fala que vai ter um aplicativo que vai multar i em Porto Alegre. Será que é o aplicativo Capester – esse que o Prefeito foi a Paris, convidado por ele. E aqui fala que poderá ser cedido esse serviço, que dizem que são vocês que vão fazer, que dizem que é o Município que vai fazer, para alguma fundação, para alguma ONG. Então, eu acho bom

nós ficarmos bem espertos no que nós estamos aprovando agora, porque diz que pode ser cedido para qualquer empresa indireta. Então fiquem espertos ao que nós estamos discutindo aqui hoje. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero dizer aos colegas que, se o Governo quer votar, eu não vou me furtar de discutir o projeto. A Emenda nº 02 inclui no projeto, no art. 7º (Lê.): “Os autos de infrações resultantes da atuação dos Agentes de Fiscalização deverão ser encaminhados à Comissão Judicante competente para instrução do Processo Administrativo Ordinário, nos termos da Lei Complementar nº 790, de 2016.”

O projeto diz que todas as multas feitas terão uma comissão, só que o projeto também diz que as pessoas que forem multadas poderão, além de ir para o SPC e Serasa, serem processadas pela Prefeitura de Porto Alegre. Esse é o projeto. Então, a pessoa está num evento, licenciado pela Prefeitura, pois o projeto também permite isso – e esse evento não foi o nosso banheiro – e pessoa é multada, porque ali prevê, se a pessoa faz xixi ou cocô, principalmente o xixi. Então essa pessoa é multada, e vai correr a multa como qualquer outra multa, podendo ir para o SPC e ser processada pelo Município de Porto Alegre. Isso diz o projeto. Não é só luxo, não é só pintar o prédio público, não é isso. Já tem uma lei aqui de autoria da Ver.^a Mônica Leal que fala da questão das pichações. Já está previsto isso aqui nesta Casa, aprovado por esta Casa, que fala na questão das pichações. Nós estamos falando numa questão de arrecadação. Nós estamos falando numa questão que cabe exclusivamente à Prefeitura. Até existe a JARI, no caso do trânsito, que é o direito da pessoa recorrer. E o projeto, em nenhum momento, prevê o direito das pessoas recorrerem; pelo contrário, fala muito, no meio do projeto, em aplicativos, fala muito no meio do projeto das pessoas poderem usar os aplicativos. Eu quero dizer que para a pessoa que está do lado de lá, é muito bom o aplicativo no aeroporto, no banco, em tudo que é lugar. Mas a pessoa que está do outro lado, isso significa desemprego, isso significa as pessoas fazendo o seu serviço. Então, a Guarda que vai poder ser porteiro, a Guarda que vai poder anotar recado, a Guarda que vai ser motorista, a Guarda que ter o seu desvio de função, que hoje é de segurança pública, poderá perder seu emprego para o aplicativo, porque lá no projeto a função de vocês está sendo transferida para o cidadão através dos aplicativos.

O cidadão poderá mandar direto a infração para o Município, e vocês terão o papel que prevê o projeto, de anotar recado, de atender na portaria, de dirigir automóveis. Então, a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, começa a dar uma correçãozinha no projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 2, destacada, ao PLCE nº 006/17, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, mais uma vez, eu venho fazer um encaminhamento em tempo de Liderança de oposição, portanto, represento aqui as Bancadas do PT e do PSOL. A Emenda de nº 2, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, corrige justamente aquele problema que eu havia falado anteriormente no período de discussão, que é a criação de novas atribuições para a Guarda Municipal, além daquelas que os servidores já fazem, porque nós temos o regramento dos Guardas Municipais, o nosso regramento, da nossa Cidade, mas nós temos também a lei federal que gera outras atribuições. E aqui nós colocamos efetivamente à responsabilização novamente ao cargo dos agentes de fiscalização desta Cidade, que são as pessoas que fazem um concurso específico para essa área, pois o treinamento também é específico, e eles vão arcar com as responsabilidades dos seus cargos, de acordo com o que determina a lei. Portanto, nós temos aqui preservadas as atividades laborais dos agentes de fiscalização e não sobrecarregamos ainda mais a nossa Guarda Municipal. Caso alguém aqui não esteja lembrado, temos um pleito muito digno e justo, o chamamento de novos Guardas Municipais, aprovados, mas ainda não integrados à nossa valorosa Guarda Municipal. Portanto, nós temos um quadro infelizmente deficitário e, se a real intenção da Prefeitura fosse exatamente melhorar a segurança desta Cidade, poderíamos começar fazendo esse chamamento. Existem servidores que procuraram todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa, foram ao meu gabinete, conversaram comigo, conversaram com a minha equipe - devem ter feito isso com todos os Vereadores - e não são chamados. Estão dispostos a prestar esse serviço à nossa Cidade, a garantir a nossa segurança, mas esse talvez não seja o entendimento do Prefeito desta Cidade. Ele quer gerar mais responsabilidades, mentiu quando disse que eles teriam avanço para o nível sete. Mentiu! E nós não podemos concordar com que não haja o avanço salarial desejado, pleiteado e negociado entre os servidores e a Prefeitura, e o projeto traz, única e especificamente, mais responsabilidades nas costas desses servidores. Então, o que não estamos fazendo aqui, de modo algum, é gerar uma cisão entre os servidores: de um lado os agentes de fiscalização e de outro os Guardas Municipais. Não. Com o que não concordamos, de forma alguma, é que haja uma maior incumbência e uma maior responsabilização por parte de alguns servidores, que não vão ter nenhuma valorização, só mais trabalho. Portanto, o nosso encaminhamento, dos partidos de oposição, é pela aprovação da Emenda nº 02. Nós precisamos de mais fiscalização, Ver. Márcio Bins Ely, concordamos com isso, estamos juntos na aprovação desta Emenda. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 2, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus amigos da plateia; na plateia, eu não tenho nenhum voto, mas tenho muitos amigos. Só para explicar esta emenda, o Ver. Márcio Bins Ely certamente teve boa vontade, boa intenção, mas ela liquidaria com os anseios da Guarda Municipal.

Nós fizemos uma emenda, a bancada do PMDB, que limita as atribuições; valoriza a Guarda Municipal, mas não tira as atribuições da Fiscalização, que tem Curso Superior, principalmente. Então, o parágrafo único da Emenda nº 13 diz o seguinte: “Os guardas municipais atuarão em toda e qualquer esfera administrativa, independente de sua lotação original, área ou matéria específica para realizar apreensão de mercadorias ou comércio ambulante irregular, fiscalizar as infrações de trânsito, lavrar o termo de constatação previsto na Lei Complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014, bem como fiscalizar infrações relacionadas à área de segurança pública institucional, adotando os procedimentos previstos em lei”.

Acho que isso arruma, valoriza a Guarda Municipal, não tira a Guarda, como quer esta emenda. Esta emenda tiraria a Guarda fora. Eu até conversei com o Ver. Márcio Bins Ely dizendo que nós vamos votar contra a emenda dele, e vamos aprovar essa Emenda nº 13, que agrada aos dois lados, digamos assim. A fiscalização não tem nada contra a Guarda Municipal e a Guarda não tem nada contra, atuam juntos. Eu queria, daqui, cumprimentar a Guarda e a fiscalização, que fizeram um trabalho conjunto durante a semana toda. E é isso que nós queremos. Vamos votar contra a Emenda do querido amigo Ver. Márcio Bins Ely e vamos concertar com a Emenda nº 13, onde são determinadas as atribuições de cada um. Assim fica esclarecido, fica tranquilo para todos e é por isso que vamos fazer a votação. Aqui não tem votação de Governo e de oposição. Não tem Governo e oposição aqui.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Eu não tenho nenhum cargo no Governo. Não pedi e não me ofereceram. Eu não tenho nenhum cargo e não sou contra quem tem. sou contra quem tem. Quero deixar isso bem claro aqui: quem tem cargo tem todo o direito de ter. Ou os outros governos não tinham cargos de confiança? Por exemplo, no Governo do ex-sogro do Ver. Robaina, do Tarso Genro, ele tinha um cargo de confiança do Secretário de Segurança que era assessor do Xandi, lá do Carandiru. Será essa a segurança que a Ver.^a Sofia quer? Que tenha um cara bandido cuidando de outro bandido? É isso que a senhora quer, Ver.^a Sofia Cavedon? Não! Acho que não! Então, não vamos aqui fazer uma coisa política, não tem que prender ninguém. A Ver.^a Comandante Nádia tem tamanho suficiente, Ver. Roberto Robaina, para discutir aqui, em Brasília ou onde estiver. Não tem que dar explicação alguma para o senhor, porque ela trabalhou muitos anos na segurança pública, prestou serviços importantes. E eu gostaria, muitas vezes, de comparar a ficha funcional de um e de outro, de cada um de nós todos para ver como é a história de cada um. Então, não vamos fazer aqui terra rasada, ver quem é que votou em quem. Eu já lhe disse, Ver. Roberto Robaina, cada um de nós votou em um bandido, cada um de nós votou em um bandido para Presidente da

República! O senhor votou na sua bandida e eu votei no meu bandido! E perdemos todos! Perdemos todos! Aliás, ontem, saiu da cadeia o maior dindo dos bandidos, que é o homem da Odebrecht. O maior comprador de bandidos! E comprou de todos os partidos: comprou do PT, comprou do PMDB, comprou do PSDB, comprou de vários. E deu alguma ajuda lá para o Randolfe Rodrigues também, sim, senhor, Ver. Robaina. Deu para o Randolfe Rodrigues que saiu do Partido. Obrigado, vou votar contra essa emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 20 **NÃO**.

Em votação a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, sei que o cansaço é grande, mas é preciso falar certas coisas, especialmente para a Guarda Municipal. Os senhores e as senhoras desempenham um papel fundamental na Cidade. Eu já vivi isso com muitos de vocês. Este projeto está eivado de erros, de lacunas e alguns negócios que a gente não sabe muito bem o nome. Sem enganação, sem promessas que não serão cumpridas. É possível, sem qualquer legislação, se o Governo quisesse, fazer atividades comuns entre a Guarda e a Fiscalização. Tem várias pessoas que trabalharam comigo. Agora, pergunto o seguinte: quantas horas extras os senhores perderam no Governo passado? Quantas estão perdendo nesse Governo? Quais as condições de trabalho? Alguém me assoprou, dias atrás, que a nossa fiscalização estava com problemas de carro. Eu citei aqui, é simples. Prefeito, humildemente, vá na Receita Federal, que tem um monte de carros apreendidos em Foz do Iguaçu e que estão distribuindo para as prefeituras, de graça. Quando era Secretário, ganhamos dois automóveis Gol, não era uma maravilha, mas funcionavam. Nós estamos hoje votando um projeto que não ajuda a Cidade, não resolve o problema de Segurança, desculpe-me, apesar de eu achar que é necessário todos os agentes públicos trabalharem em sintonia. Nádia, o agente de trânsito deveria ter um diálogo com a Guarda Municipal, essa deveria ter com a Brigada, com os agentes de fiscalização. Hoje em dia, com a tecnologia, no tempo em que eu era Secretário, tinha uns radinhos, e cada Secretaria tinha um canal e um não pegava o outro. Hoje não, hoje tem grupos de Whatsapp, temos os mesmos canais, etc. Então, é uma falta de vontade política, é uma determinação do Governo, que disse: “Nós vamos aprovar esse projeto, vamos mostrar para essa Câmara de Vereadores ...” O Prefeito acha que aqui é um bando de não sei o quê. Eu me recuso a dizer o palavrão. Eu vim para ser educado e para educar, sou professor. Então, não me venham com balelas. Esse projeto não resolve o problema de fiscalização, não resolve o problema da Guarda. Não tem elementos, se não tiver uma

política coesa de Governo, para enfrentar a pichação, a danificação do patrimônio. Agora, num projeto, Robaina, confundir detonação de patrimônio público com uma manifestação de Grêmio Estudantil!! Convenhamos! Ninguém é a favor de bagunça, quem me conhece sabe minhas opiniões e posições. Uma coisa é você combater pirataria, contrabando, falsificação, crime organizado, receptação de telefone celular. Não sei quem fez a bobagem de tirar pano de prato de uma pessoa no Zaffari da Marechal Floriano. Quem mandou fazer? Nunca foi assim. Eu conheço a maioria dos senhores e das senhoras, algum problema deve estar existindo. Nós temos que fazer cada vez mais uma cidade civilizada, ser duro com o crime, sem vacilação. Com as ilegalidades, sim, mas criar uma sociedade civilizada, de diálogo, de confluência, de posições, de ações. Chega, gente! A maioria aqui está determinada a passar esse projeto. Nós falaremos no ano que vem. Eu estarei do lado de vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Nós já estamos cansados, mas eu não posso deixar de responder ao Ver. Cecchim, que, às vezes, na falta de argumentos, baixa o nível, e eu não vou deixar de responder porque o Cecchim sabe que tenho respeito na relação com ele, mas fico pensando, neste caso, se não era o caso de processá-lo pelo que o senhor falou. Vou lhe dizer por quê. O senhor falou com a imunidade parlamentar e disse que todos aqui votaram para Presidente da República em bandidos, isso é algo para processar, porque eu não votei em bandido. Isso é muito importante, isso é muito importante. Por quê? Porque nós temos uma luta pela frente. Eu vi o Ricardo Gomes todo satisfeito e dizendo que ele participou ativamente das mobilizações que derrubaram uma Presidente da República, mas eu quero dizer para ti, Ricardo Gomes, que a Presidente Dilma foi perdendo legitimidade ao longo de 2015 e 2016, mas o ato do *impeachment* foi um complô organizado pelo Eduardo Cunha, com a conspiração do Jucá e do Temer, cujo objetivo central, inclusive, era liquidar com a Lava Jato, que, por sinal, uma operação que está se esvaziando. Porque o Governo que o senhor apoia está se esvaziando. E me admira o senhor falar em luta contra corrupção, o senhor sendo do PT, que é um dos partidos mais envolvidos em esquemas de corrupção no País. Então, a gente está cansado, mas a gente não perde a razão e a dignidade, a gente luta por ela. Porque eu já fiz acusações contra corruptos sem estar protegido com a imunidade parlamentar. Já acusei o Governo Yeda de corrupto sem ter imunidade parlamentar, fui processado por isso, tive muito orgulho desse processo. E sigo defendendo todas as palavras que eu defendi, já em 2009, sobre o tipo de gestão que tem o PSDB, o PMDB, o PP. Então aqui eu só quero chamar a atenção porque nós não somos todos iguais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa noite, queria dialogar agora com uma galeria um pouco menor, dialogar o que tentamos a tarde toda, e eu falei, inclusive, para o Ezequiel. Agora com as pessoas um pouco mais cansadas até, e eu tinha comentado isso, o Alexandre também. Vocês têm que entender, gente, têm que entender, gente – não, se não der para falar de noite.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Eu também, eu também estou aqui. Bom, vocês têm que entender que aqui na Câmara, no ano que vem, vão entrar muitos projetos, e, para vocês, vai ser fundamental ter luta, fundamental ter organização, fundamental vir para cá, só que vocês tem que entender que aqui tem 36 Vereadores e não dá para se tratar como foi tratado no início do ano, não dá para se tratar como se tratou hoje, com berros e ofensas – eu falava isso para o Ezequiel, tentei explicar –, porque tem uma maioria que é móvel. Se não der para ganhar os dez projetos, é muito melhor conseguir dialogar, porque, oficialmente, vamos ser honestos, tem três do PSOL, quatro do PT e três do PDT, esses são a oposição; o resto, está nesse meio móvel. Entendeu, Ezequiel, o que eu estava falando de tarde? Porque sabem o que vai acontecer, se vocês vierem assim, gritando? Vocês empurram para o lado de lá! Se faltam com respeito com a Ver.^a Nádia, como faltaram aqui, viraram de costas, aí eu vou dizer uma coisa que infelizmente, e não é para provocar, eu nunca defendi isso, meu pai foi funcionário público, minha mãe, eu sempre fui ativista de esquerda, só que eu passo a acreditar que mesmo vocês, aqui... Se falam a Sofia, o Roberto ou a Fernanda, são ovacionados, aplaudidos; os outros, se vaia e vocês se viram de costas?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Inclusive para falar com o Marchezan, gente, não dá para fechar essa porta. Eu queria falar com relação ao Ver. Cecchim, que é meu amigo. Cecchim, eu vou te dizer uma coisa: a gente já teve aqui vários pegas, mas a gente é amigo, é parceiro na política. Eu também não aceito, Roberto... Tu és uma das pessoas que mais adjetivam a gente, tu e a Fernanda, aqui dentro da Câmara: é *playboy*, é mau-caráter, é o pior, é do lado do mal, inclusive inflamas as pessoas aqui. Eu te conheço desde os meus 17, 18 anos, e eu vou dizer uma coisa para ti: dentro do teu mosquito, que nunca conseguiste crescer ali, aquela corporação que tu mandas, junto com a Luciana, que não teve poder para nada, criticam todo mundo e vocês são paladinos da ética, dentro desse mosquito, eu era quem militava, era garçom, trabalhava para militar, isso e aquilo, eu nunca vi tu trabalhares um minuto da tua vida para teres moral para falar de alguém! Sempre teve cargo CC aqui dentro; com a Luciana, era do

escritório, era quem escrevia revista. E quero dizer mais, se ele me apresentar cinco meses de carteira assinada, eu renuncio o meu mandato agora, vou embora! Para falar de uma brigadiana, uma servidora pública, que trabalhou... Quando começaram a bater ponto aqui na Câmara – vocês são servidores, querem trabalhar com horário –, ele pediu demissão daqui da Câmara! Esse vocês aplaudem, sai bonito aqui! E esse sempre vai criticar tudo, porque é muito mais fácil. É óbvio que tem contradição, ou alguém tem dúvida de que num partido como o PMDB, que tem um milhão, vai ter corrupto? Óbvio! No PT, que tem um milhão e pouco, vai ter corrupto, óbvio; no PSDB, vai ter corrupto; até nas merrecas como o PSOL vai ter corrupto! Até nas merrecas! O Prefeito passado, esse vocês aplaudem, mas esse paladinismo aqui nós não vamos aceitar.

Eu quero dizer, Ver. Cecchim... O Cecchim, para quem não sabe – só para falar, Vereador, e com muito respeito eu falo isso –, saiu de uma origem muito mais pobre que tu, Roberto – eu conheço a história do Cecchim –, e virou empresário. E, se a gente não defende aqui que as pessoas podem vencer, sejam funcionários públicos, sejam trabalhadores, nós vamos fazer o quê? Nós vamos querer que todo mundo seja CC a vida toda como tu? Não dá! Não dá!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Mensagem Retificativa nº 01 ao PLCE nº 006/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: É, de fato, lamentável. São 8h55min, eu estou, obviamente, cansada, como todos. Tentei que este debate fosse feito na semana que vem, estava muito contemplada pelas intervenções da minha bancada – pelo Roberto, pelo Alex – e por outras intervenções com relação ao projeto, mas é, de fato, inacreditável o que a gente é obrigado a ouvir dos sem argumentos, como o Maroni, que é um oportunista a serviço do Marchezan. Todo mundo sabe, passou pelo PT, pelo PSOL, pelo PCdoB, pelo PR, porque é melhor, mais fácil se eleger, pelo Podemos. Qual é a ideologia mesmo que está em discussão? Ninguém sabe, ninguém viu, mas eu não vou gastar o meu tempo polemizando com quem se mete por essa régua. Veio aqui atacar o Roberto, atacar a Luciana, atacar os servidores, porque não tem o que dizer. Olha bem para a minha cara, Maroni, e vê se eu tenho medo de ti! Olha bem para minha cara! Olha bem para a minha cara! Vai para onde quiser! Agora, vou te dizer uma coisa, como tu não tens condições de vir aqui, politicamente, defender o projeto do Marchezan! Tu atacas, pessoalmente, o Roberto, e tu atacas, pessoalmente, a mim. E quando tu achas que eu estou muito preocupada com a tua régua, ou o que tu vais falar sobre mim e meus colegas de Partido, eu só quero te dizer que o que mais me incomodou no teu discurso foi a demagogia e a mentira com relação à nossa história e à nossa tradição.

Eu peço licença aos companheiros do PT, eu estou falando em nome de oposição, mas eu acho que todo mundo aqui tem história. E nós temos muito orgulho da

nossa coerência, da coerência dos que não se venderam e não se renderam e votaram contra a reforma da previdência em 2004, quando era difícil fazer oposição de esquerda aos governos petistas. E a reforma da previdência atacava os trabalhadores e nós votamos contra, Luciana foi expulsa, o Roberto ainda era da direção nacional do PT e foi expulso, junto, para construir um outro partido.

Nós temos muito orgulho da nossa história, agora, porque é verdade uma coisa que o Maroni disse: os corruptos podem estar em todos os lugares. O problema é o que se faz com os corruptos. Esse é o problema aqui! Se protegem o Aécio Neves para devolver o mandato de senador, ou se o PSDB abre um processo de expulsão; se o PMDB vai para convenção aplaudir o Temer, ou discutir com o Eliseu “Quadrilha”, com Jader Barbalho, com toda a camarilha do PMDB, ou se há um processo de expulsão. Nós já sabemos, conhecemos os partidos do regime. Nós sabemos que a parte desse modelo estrutural do estado financiar os interesses privados, através dos banqueiros, das empreiteiras, dos ricos e das elites. Mas nós tivemos problemas recentemente agora, no Rio de Janeiro. Vocês acreditam que, na nossa bancada de Deputados Estaduais, houve uma votação na Assembleia do Rio de Janeiro, se eles teriam, os caciques do PMDB, que há 20 anos comandaram a Assembleia Legislativa, roubando dinheiro público - mais uma vez o PMDB, da Comandante Nádia -, e aí houve uma discussão com o Judiciário que encaminhou pela perda do mandato, e aí, na Assembleia Legislativa, os parlamentares, a maioria foi para se proteger, lamentavelmente. O PSOL que está apoiando a greve dos servidores, que está apoiando a luta dos trabalhadores lá, teve um deputado que votou pela manutenção dos cargos de deputado desses ladrões. Vocês sabem o que nós fizemos com ele? Expulsamos. Porque quem defende ladrão, quem é parte desses esquemas não tem lugar dentro do PSOL. Não tem lugar dentro do PSOL! Porque a gente tem história.

Então, sobre a multa, nós não vamos encaminhar a Emenda. Eu só acho que é preciso ter coerência, ter coragem de defender aquilo que nós acreditamos, e é muito fácil atacar de maneira mentirosa e demagógica, quando nos fogem argumentos. Acho que a Câmara hoje está fazendo um verdadeiro absurdo e, lamentavelmente, quero dizer aos meus colegas da Guarda - meus colegas da Guarda a quem eu respeito muito -, que vocês estão sendo usados como bucha de canhão para um projeto repressivo, para um projeto que não avança salário, para um projeto que permite criminalizar movimento social, para um projeto que é para justificar aquelas ações que ocorreram no Centro de Porto Alegre com relação à apreensão de mercadorias dos camelôs que estão lutando pelo direito de trabalhar, por um projeto que, ao invés de combater o desemprego, fazendo políticas de transferência de renda, ao contrário, criminaliza a pobreza e ataca os que trabalham. Então nós vamos votar contra a Emenda.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Mensagem Retificativa nº 01, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17, como autor.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Cassio, quero cumprimentá-lo pela última Sessão que V. Exa. preside na condição de Presidente pelo sucesso...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Preside amanhã também? Que bom, mas hoje é a última com Ordem do Dia, e cumprimento V. Exa. pelo êxito no tempo que passou aqui. Quero me dirigir aos fiscais da SMIC que estão aqui. Fui Secretário da SMIC por um bom tempo e invoco o testemunho deles. Sempre fui muito preocupado com os servidores que trabalhavam comigo e com os fiscais da Secretaria. Aliás, faço um grande reconhecimento, tenho lá o Rogério Stockey e o Godói, que eram os chefes da fiscalização localizada, tinha o Valter antes que depois substitui pela Luciane Mattei, que é uma grande servidora, tinha os fiscais do Procon que faziam um excelente trabalho. Eu acho que tantos outros aqui se dedicaram a fazer isso, o Cecchim, o Adeli, mas eu busquei sempre fazer tudo o que estava ao meu alcance para dar as melhores condições para a fiscalização, mas acho que a fiscalização se ressentiu em muitas coisas, e acho que os dois últimos Governos erraram muito com a fiscalização. Quando fui Secretário, tinham duzentos fiscais na SMIC, hoje tem dezessete, foram dando gratificações para outras áreas e foram esquecendo os fiscais da SMIC. Sempre falei isso. Depois eu fui Secretário de Urbanismo, que tem uma fiscalização de ordem urbanística nas edificações. Eu verifiquei na Urbanismo o seguinte: o Moisés constrói uma casa dentro dos padrões da legalidade que o Código de Obras determina, aí um vizinho vem do lado e constrói totalmente irregular, constrói do lado da parede dele e tira o sol dele. Ele liga para o 156 da Prefeitura, faz uma denúncia, vai um fiscal lá, faz um auto de notificação. O que acontece? Nada. O que o Município diz para o cara? Recorre para a Justiça. É isso que deve fazer o Município para quem paga os impostos, não nos dá o serviço que é direito nosso receber? Então, tenho visto que muitas vezes as fiscalizações têm sido ineficazes, não ineficientes, mas ineficazes. No próprio caso do Procon, quando fui Secretário, apliquei grandes multas em grande hipermercados, conseguimos inclusive reequipar a Secretaria, por quê? Não porque a gente judicializou, mas porque a gente fez um Termo de Compromisso. Eu botei quatro carros na fiscalização, porque uma grande rede de supermercados internacional pagou R\$ 150 mil reais que devia. Se a gente fosse judicializar, não recebia. Mas o que vejo e defendo, a partir dessas minhas duas experiências, é que a SMIC não conseguia trabalhar na rua se não tivesse a Brigada Militar, porque se tem um bar na periferia da cidade explorando prostituição infantil, o fiscal da Prefeitura não consegue entrar lá sem que se faça a classificação daquele espaço. Então era importante a Brigada. Esse papel que a Brigada não faz mais é a Guarda Municipal que vai fazer. Então, a partir dessa visão e da minha

experiência, tenho defendido – já defendi para o Prefeito, e ele não nunca atendeu – uma unificação dessas questões numa estrutura. Mas aí o pessoal da fiscalização, a quem eu respeito muito, diz: “Ah, mas vão mexer conosco, nós somos uma carreira à parte”. Mas vem cá: na Secretaria de Urbanismo, não tem arquitetos, geógrafos, bibliotecários, cada um deles com a sua especificidade e com a sua carreira, cada um deles numa área diferente e com carreiras diferentes? Tem! Então, o que eu estou defendendo é uma estrutura, e aí eu ponho isso nesta minha emenda, Srs. Vereadores, eu não estou criando uma estrutura, eu estou reorganizando a estrutura, propondo uma reorganização. Portanto, não é criação, é colocar numa mesma estrutura, uma parte, a Guarda Municipal, que vai dar apoio a essas ações fiscais, o que é absolutamente necessário; propondo a Secretaria de Ordem Urbana, que vai cuidar da questão do Código de Obras, da questão do Código de Posturas, e os fiscais vão fazer isso. Então, é a Secretaria da Segurança Pública e da Ordem Urbana, Ver. Adeli, que vai açambarcar todas essas competências numa estrutura. Estou deixando à parte, pelas suas especificidades, a Vigilância Sanitária e o Procon, porque são coisas específicas. A Vigilância permanece na Saúde, e o Procon permanece fazendo a defesa do consumidor. Se Vossas Excelências compreenderem que eu tenho uma experiência nesse sentido e que essa emenda é para contribuir, eu agradeceria muito o voto favorável, para nós podermos aprovar essa emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 17 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): V. Exa. precisa encaminhar por escrito, já está sendo providenciado. É possível.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 006/17, como autor.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, esta minha emenda propõe retirar o parágrafo que fala (Lê.): “embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nos logradouros públicos, bem como usar correntes ou artefatos de proteção nos canteiros centrais das vias públicas e nos equipamentos públicos a que se refere a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986, alterações posteriores”, com pena de 1 mil a 100 mil UFMs. Isso aqui não fala em colocar lixo, isso aqui não fala em pichar, depredar órgão público; isso aqui fala nas pessoas - dei alguns exemplos aqui -, que lutam pelo seu direito, direito à moradia, à

segurança. Deram o exemplo de um menino que foi esfaqueado no colégio Protásio Alves, exemplo de professores que foram esfaqueados, que tomaram tiros, tem o exemplo de rodoviários que foram assassinados dentro de ônibus, de professores que foram esfaqueados, que tomaram tiro, tem o exemplo de rodoviários que foram assassinados dentro de ônibus, de motoristas de lotação que foram assassinados, de trabalhadores de aplicativos que foram roubados e assassinados; tem o exemplo de taxistas que foram roubados e assassinados, exemplo de lojistas que foram roubados e assassinados, exemplo de pessoas que tiveram suas casas invadidas pelo tráfico de Porto Alegre, tem o exemplo do camelódromo, em que a segurança do local apanhou de forma absurda - os lojistas se organizaram e fizeram um protesto. Falando do dia a dia das pessoas; não estou falando aqui de protesto organizado pela Força Sindical, pela CUT, pela CGT, pelos municipais; estou falando de pessoas que, durante o dia a dia, a fatalidade da vida nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos leva essas pessoas a sair à rua. Ver. Moisés Barboza, lá no Beco do Cafunchos, dia desses, não faz muito tempo, aconteceu um incidente, e o povo saiu para a rua. Dia desses, na Cruzeiro, aconteceu um incidente, e o povo saiu para rua. Nós vamos penalizar esse povo mais uma vez? Nós vamos penalizar essa associação de moradores, porque é ela que vai ser penalizada, Ver. Carús; é esse clube de mães, é essa associação de moradores, é esse clube de futebol, porque lá na comunidade tem entidade, lá no Campo da Tuca o penalizado é o Flamengo, ou o Conselheiro Tutelar, Ver. Mauro Pinheiro - muitas vezes, a pessoa que encaminha a reivindicação é o Conselheiro do OP, muitas vezes, a pessoa que encaminha, Ver. Pujol... Aqui não tem nome. Aqui teria que ter nome, teria que ter CNPJ, teria que dizer, porque aqui estamos responsabilizando todas as pessoas, Ver. José Freitas; daqui a pouco entra, de verdade, quem faz essas coisas na cidade de Porto Alegre, numa congregação sua, e o pessoal vai lá e fecha uma avenida, protestando, querendo mais segurança. A congregação é que vai ser penalizada, multada? Então, nós estamos pedindo para suprimir isso aqui, não estamos nos importando em discutir isso lá na frente, mas agora isso não tinha que estar aqui. Isso é questão social da cidade de Porto Alegre. Nós temos que discutir um estatuto social da cidade de Porto Alegre, não é somente dessa forma que nós vamos resolver isso. Eu dei um exemplo aqui: a pessoa vai lá, compra uma casa e não entregam a casa. Ponham-se no lugar dessa pessoa! E várias outras coisas que acontecem no dia a dia da vida das pessoas na cidade de Porto Alegre. Então, quero pedir aos Pares que aprovem esta emenda para que, no futuro, possamos discutir, na Cidade, um estatuto social, de fato, para a cidade de Porto Alegre. Agora, não penalizando as associações de moradores, conselheiros tutelares, os conselheiros do OP, os clubes de mães, as entidades que fazem isso. Tem que penalizar não no estatuto que vai dar os direitos à Guarda Municipal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Requerimento de autoria do Valter Nagelstein, solicitando renovação de votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 006/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu acho, Ver. Cláudio Janta, que nós temos duas emendas muito parecidas. E é obvio que nós vamos apoiar a emenda do Ver. Cláudio Janta até porque entrou primeiro e tem a prejudicialidade, e é uma emenda muito importante – muito importante! O signo da lei aprovada aqui hoje vai ser que a Câmara pode autorizar multa de até R\$ 400 mil para uma passeata dos cegos, por exemplo, como teve recentemente da Associação dos Cegos que estavam sem receber os repasses para a pouca política de assistência aos cegos que existe na cidade de Porto Alegre. Significa, Ver. Goulart, que os moradores do Porto Novo, que sofreram uma reintegração de posse, por falta de políticas habitacionais e todas a situação que nós acompanhamos na CUTHAB, poderiam só ficar sem casa, porque lamentavelmente foram reintegrados e não teve uma política pública para incorporar, como nós lutamos na CUTHAB para que houvesse, como ser penalizados em até R\$ 400 mil. Significa que os jovens, que o Ver. Alex falou aqui da tribuna, que depois de ter um colega esfaqueado e quase morreu na Av. Ipiranga, em um assalto, eles fizeram protesto e trancaram a Av. Ipiranga, podem ser multados em até R\$ 400 mil. Significa que uma passeata da leitura, dos escritores, que pediram o nosso apoio para o Adote um Escritor, e trancaram um pedacinho do canteiro do Parque da Redenção, porque fala aqui do canteiro com suas placas, podem ser multados em até R\$ 400 mil. Significa que uma manifestação cultural, como o Bloco da Laje, que não é nem uma manifestação política, possa ser multada por fazer cultura e arte na cidade de Porto Alegre. Significa que uma passeata dos povos de matriz africana contra a criminalização da sua religião possa ser multada em até R\$ 400 mil. E depois dizem que é um projeto para aumentar a capacidade de resolver o tema da segurança pública. Ora, meus colegas da Guarda, se o problema da segurança pública fossem as manifestações... Não são. O problema da segurança pública é o desmonte brutal das políticas, são governos, como o Sartori, que está pagando parcelado, há 25 meses, os salários dos brigadianos. O problema da segurança pública é uma justiça seletiva que manda soltar alguns, os filhos dos ricos, muitos políticos desonestos e que mantém na prisão até 40% sem julgamento de populações que sequer tiveram o amplo direito à defesa. Ou nós vamos nos esquecer aqui de dois casos emblemáticos, o Rafael Braga, que é o único preso da jornada junho, morador de rua, preso com Pinho Sol, preso até agora pela mesma câmara que soltou o filho de uma desembargadora, pego com não sei quantos quilos de cocaína, não sei quantos quilos de drogas pesadas. O problema da segurança pública não são os movimentos sociais. Aliás, a ausência dos movimentos sociais vai piorar a segurança pública, vai piorar o salário dos servidores, vai piorar essa devastação neoliberal que eles querem fazer. Ou vocês acham que eles não queriam fazer a reforma da Previdência que foi adiada para o ano que vem porque teve protesto e muita gente

dizendo que não ia eleger os deputados federais. E vocês acham que vai ser necessário mais ou menos greves para garantir direito à aposentadoria de todo mundo que está sentado aqui? Mais ou menos passeatas para garantir o salário em dia? Mais ou menos manifestação para não aceitar um projeto que muda o regime de todos vocês, de todos os servidores municipais. Só que tem um tema que eu queria dizer às galerias, nós vamos votar na emenda esperançosos de que alguma sanidade ocorra na maioria dos Vereadores e aprovem a emenda do Ver. Cláudio Janta. Mas não só esse projeto e essa multa, essa coisa de pedir autorização, que é a próxima emenda inconstitucional, como nós não temos dúvidas nenhuma de que, nos grandes momentos da história, é preciso derrotar leis reacionárias e desobedecê-las para fazer valer a voz do povo; ocupar as ruas, ocupar o Paço, fazer greve e mobilização. Não vai ser o Governo reacionário do Marchezan que vai dizer que o povo não pode se manifestar. Desobedeceremos a lei.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**. Fica prejudicada a Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Agentes da Guarda Municipal, este projeto tem 22 artigos, o tempo inteiro foi dito que este é um projeto da Guarda Municipal, ele fala de limpeza, fala de fiscalização – desde peixes –, fala de tudo, menos da Guarda! Esta emenda eleva vocês ao nível 7, então vamos ver se este projeto é da Guarda Municipal mesmo! Esta é a hora de ver se o projeto é da Guarda. Se o projeto é da Guarda, a orientação vai ser aprovar a Emenda que eleva vocês para o nível 7! Aí eu vou votar a favor do projeto, porque aí o projeto é da Guarda! Aí eu me rendo! A Ver.^a Comandante Nádia sacode a cabeça quando o cara fala aqui, sacode a cabeça, ela acha que eu sou soldado dela. Eu tenho liberdade nesse púlpito, Ver.^a Comandante Nádia, de falar o que eu quiser, entendeu? Agora a senhora, que está muito com o Governo, deve estar com um dos 27 cargos do PMDB no Governo do Marchezan. Vinte e sete cargos do PMDB no Governo Marchezan! Alguns devem ser da senhora, inclusive na Defesa Civil – alguns devem ser da senhora. Então, vamos nos respeitar, porque aí a gente vai bem. Quer ficar no Governo, fica; agora, deixa eu falar o que eu estou falando, porque desde o início eles disseram que esse projeto era para a Guarda Municipal, aqui fala em tudo, multa, porteiro, anotador de recado, o aplicativo pagou viagem para o Prefeito ir para Paris, o Capester, e ele vai ter que explicar aqui, ele e os funcionários foram para Paris e têm que explicar aqui. Fala aqui em terceirizar depois o serviço para a Guarda, fala em um monte de coisa, mas não fala em elevar vocês para o nível sete, não fala. Aí o Maroni virou vidente, só que um vidente atrasado. Ele disse que, em fevereiro, o

Governo ia ter maioria, mas quando o Governo adquiriu maioria, quando? Hoje o Governo começou a adquirir maioria, sabem por quê? Porque o coordenador do Banco de Talentos estava aqui ainda há pouco, o Christian. Estava aqui. Eu já mostrei aqui a questão dos CCs, por partido político. Peguei o Diário Oficial de ontem e anteontem, estou pegando o de hoje, por partido político, e o negócio está ficando bom. Teve gente que tinha candidato e já declarou aqui que votou noutros. Teve gente que tinha projeto e está voltando e apoiando outro projeto. Tinha gente que, pode-se dizer no linguajar popular, de uma hora para outra, começou a virar o coxo por meia dúzia de CCs. Eu não faço política assim. Tem gente que dá discurso aqui de CC, mas se curva por meia dúzia de CCs. Eu acho que política é política de princípios. Então eu quero dizer o seguinte: se o projeto é para a Guarda, eu quero ver agora votarem a favor da Guarda, eu quero ver elevar o nível sete para a Guarda. Lá na CCJ eu falei para vocês que não tinha nada que beneficiasse a Guarda aqui, que só dava trabalho para a Guarda. Então agora chegou a hora de elevar a Guarda para o nível sete para fazer a mesma coisa que os fiscais, a mesma coisa que todo mundo. Então, por que não elevar a Guarda para o nível sete, reconhecendo o trabalho e a função da Guarda em Porto Alegre?

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa noite a todos. Eu nunca recebi tanta pressão na minha vida, pessoal. Não, é sério. Pelo WhatsApp, de madrugada; hoje, eram quatro da manhã, e estavam mandando, um servidor mandando: “Não esqueças o videozinho que tu fizeste”. É ou não é?

Em relação à Guarda, pessoal, convivi com a Guarda três anos e meio lá, como Secretário, conheço o trabalho, o labor árduo todos os dias, e eu fui procurado – vejam bem – pelos representantes da Guarda. Eu vi tanto chororô aqui neste microfone hoje, tanto chororô, e eu fui procurado por vários grupos de guardas, representando a Guarda Municipal, e nenhum deles me reclamou do projeto, de uma vírgula do projeto. Nenhum deles!

Desde que eu estava lá na Secretaria, nós falávamos deste tema, eles falavam da Faixa 7, e eu disse que, primeiro, tinham que mostrar trabalho. E todos que conversaram comigo concordaram. Todos concordaram. Agora, eu vou dizer para vocês: eu vou votar a favor, Janta, da tua emenda. Infelizmente, eu acho que não vai passar. E outra coisa: os guardas merecem, os servidores merecem. Merecem.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOSÉ FREITAS: Só um pouquinho... Nós vamos votar. Eu vou votar a favor da emenda, eu sou favorável. Só que, se a Prefeitura não está pagando o

salário, vai dar a Faixa 7? Mas nós vamos votar, eu vou votar. Então, queiramos que amanhã melhore a situação, que toda a Guarda venha a receber a Faixa 7 e que todos venham trabalhar por uma melhor segurança em Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer o registro aqui para os Vereadores, para verem o que é o valor dos municipais e das municipais que não estão aqui para defender nem o seu salário, nem para defender o décimo terceiro que ainda não receberam, nem a sua carreira; estão aqui firmes, de noite, discutindo uma visão de cidade e de cidadania. Que orgulho dessa categoria! Grande orgulho dessa categoria!

Em segundo lugar, quero dizer, Ver. Cláudio Janta, que nós vamos votar essa emenda e quero aqui falar com os colegas guardas, porque, na verdade, o que está dito é que – eu repito – este projeto não era para valorizar os guardas municipais; é para utilizar os guardas municipais com um projeto de Estado mínimo. O que é um projeto de Estado mínimo? É um estado pequeno, que não atende às necessidades da população e para esse estado mínimo sobreviver, Ver. Cláudio Janta, precisa repressão. Porque como é que a população vai aguentar sem saúde, sem educação, sem moradia, sem lutar? Vai lutar. E quando lutar e ocupar as ruas, as praças, terá que ser reprimida. E aí o Governo Marchezan, que é um governo de privatização, de Estado mínimo, de retirada de direitos, vai ter que usar a repressão. E já usou vocês contra os municipais! Porque nós vimos o que aconteceu durante a greve dos municipais. Vimos e nos entristecemos. Entristecemos de ver colegas municipais batendo em colegas municipais. E isso não é a vontade soberana de vocês. Isso é a forma como vocês são submetidos e usados por um governo que não dialoga com os servidores. E esse governo não vai dialogar, obviamente, com artista de rua, com manifestação de movimento social, com juventude. Não vai dialogar; vai reprimir! Vai reprimir e quer ter uma guarda sua para reprimir! Não basta a Brigada, que é do Governador - é sua - para reprimir! Vocês vão perder, com todas essas funções, de cuidar do lixo, do trânsito, vão perder a identidade, vão perder a simpatia da população, e nós queremos saber se vão ganhar o padrão 7. (Palmas.) Nós vamos votar, por quê? Porque é uma exigência cada vez mais complexa, e o padrão 7 corresponde ao nível técnico, e nós queremos guardas qualificados, bem pagos e valorizados. E, principalmente, guardas que não percam a sua identidade, que exerçam a função de segurança do serviço público. Porque a segurança pública em geral o Estado tem que assumir, a União tem que assumir, porque não há recursos. O Município não tem repasse de recursos para a segurança, não tem como com um cobertor curto assumir segurança pública em Porto Alegre pelo Município de Porto Alegre. Tem que articular ações, tem que, principalmente, agir na prevenção. O Município de Porto Alegre tem que oferecer alternativas na cidade, tem

que oferecer alternativas para as mulheres, para os jovens, para a população da periferia ter a presença do Município articuladora e promotora de cidadania e de segurança, e não o estado mínimo que joga a cidade na violência. E quero, por fim, dizer o seguinte, para os liberais que aqui, durante o ano todo, trouxeram, Ver. Ricardo Gomes, a sua filosofia aqui: somos contra qualquer aumento de imposto. Imposto é o dinheiro do cidadão, não é orçamento público. Eu escutei isso o tempo todo, e esse projeto é arrecadatório, Ver. Ricardo Gomes! (Palmas.) Ele é arrecadatório, pior, em cima dos movimentos sociais, em cima do cidadão. No trânsito, multa de trânsito, se a gente respira, se a gente não sinaliza para mudar de pista, se a gente sei lá o que, tem multa de trânsito, e agora vai ter mais a Guarda Municipal multando o cidadão. Então é um projeto arrecadatório, Ver. Valter Nagelstein, é repressor, é arrecadatório e é substituidor de outros entes federados. E é uma irresponsabilidade com Porto Alegre aprovar esse projeto e é uma responsabilidade com a Guarda Municipal aprovar o padrão 7, senão significa utilizá-los e não recompensá-los, nem valorizá-los.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa noite, antes de mais nada, queria dizer que hoje é a última sessão, amanhã ainda tem, mas hoje, oficialmente. Seguramente, o debate do serviço público, assim como outros. Eu estava falando com uma conhecida protetora, que está aqui, a Lúcia... Vai ter que ter muito debate, Alexandre, muito aprofundamento em muitos temas. E isso, talvez, de forma muito polêmica, hoje se coloca aqui. Eu acho que é fundamental nós termos a habilidade de saber que, das dez coisas que nós queremos, que eu também quero, talvez vamos conseguir chegar em consenso em cinco, seis, sete, mas vai ser fundamental nós debatermos todas e os servidores públicos terem esse acesso a todos Vereadores, mas não só aos Vereadores, como ao Prefeito. Tem muitos vereadores que têm aqui relação cortada com o Prefeito, esses não conseguem carregar nada, nem mudar a cabeça dele. Tem outro que têm uma relação mediada, e tem outro que vão ter uma relação um pouco mais acessível, que eu acho que pode ser importante no futuro. Cobrem-me daqui a dois ou três meses. Com relação até com a questão que tu me falaste, Lúcia, da *leishmaniose*, da Secretaria dos Animais. Eu fui o pior crítico até o último minuto e vou continuar sendo, seja esse Prefeito e, se acabar essa gestão, ao próximo. Hoje nós temos um departamento completamente quebrado com oito, nove servidores lá trabalhando. E é essa a realidade, e eu não vou me isentar de falar com relação a isso. E não pensem que está cem por cento, porque não existe nem uma família cem por cento fechada, quanto mais Vereadores com seus pensamentos, suas causas e suas opiniões. O mais importante para vocês é ter diálogo e ter acesso aos Vereadores de qualquer partido. Eu queria, respeitosamente, responder a minha colega Fernanda Melchionna, que é uma Vereadora que eu conheço desde muito antes desta Câmara. Eu era menino quando conheci a

Fernanda, e ela era também menina, a gente militou na mesma organização. Apesar de ter um respeito enorme por ela, eu quero responder com relação à questão que eu defendo publicamente. Eu sou um cara descrente, Carús, eu sei que tu és MDB lá do Simon. Tu acreditas nisso, assim como a Sofia, do PT, é lá do Raul Pont, da DS. Eu sou um cara descrente das organizações políticas, de uma maneira pessoal; sim, descrente. Se eu fosse fazer uma opção, eu, pessoalmente, se não tivesse uma causa, eu nem aqui estaria para justificar.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Não, sou bem honesto com relação a isso. Inclusive, por isso, a minha carreira não vai ser muito longa, como falaram hoje, na política, não vai! Eu quero responder à Fernanda, que eu entendo de uma maneira respeitosa: será que jamais nós militamos, braceamos, acordamos, viajamos, muitas vezes, juntos, para tu dizeres que tem medo de mim? Sabes muito bem o quanto eu defendo essa luta, o quanto lutamos contra machismo, contra isso e contra aquilo. Da mesma forma que tu podes subir aqui, eu te escuto, vou gritar e tu podes gritar, a gente se respeita e é amigo. Eu entendo tua lógica dentro do PSOL, não é a mesma que a minha. Eu acredito que tu vês ali um mundo... Entre a minha situação e a tua, na minha opinião, a tua é até mais confortável.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RODRIGO MARONI: Pessoal, foi apresentada aqui a cartilha do PSOL, posso fazer o contraponto? Eu entendo pelo seguinte: eu conheço toda a história da Fernanda. Ela foi escolhida pelo Roberto lá, quando foi candidato, hoje é a candidata prioritária do PSOL, eu também não abandonaria – entendeu? – aquilo que foi acolhido e prioritário, mas quero dizer, Fernanda, que tu tens que respeitar todos os Vereadores, e tu e o Roberto sobem aqui muitas vezes e adjetivam todos. E não é porque tu és mulher... Eu poderia te adjetivar de “preferida, vive no país da Alice, no país das maravilhas, deposita a cartilha da esperança, fala do ideal”. É óbvio! Tu achas que eu ia apresentar um panfleto de campanha, Bosco, com tudo ideal, com tudo melhor, eu sou bom em tudo, e os outros são uma merda? Não seria muito mais confortável? É óbvio que é, e eu respeito essa lógica da Fernanda. Obviamente ela vai defender o pupilo dela até o último ano da vida dela, e duvido que ela não vá, pois foi ele que inventou ela na política, é ela que tem que defender. Mas com respeito, e sempre na maior amizade no embate do plenário.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa noite, senhoras e senhores; mais uma vez na tribuna, eu venho fazer o encaminhamento da votação desta emenda em nome do meu partido, o PSOL, portanto em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna. Mas antes do encaminhamento eu não poderia deixar de responder ao que o Ver. Rodrigo Maroni acabou de mencionar. Ver. Rodrigo Maroni, sinceramente, eu não conheço, entre os 36 membros desta Casa, alguém que conheça mais a realidade desta Cidade do que a Ver.^a Fernanda Melchionna, tanto que ela foi a campeã de votos no último pleito. É a campeã de votos, é a que mais conhece a realidade da periferia da nossa Cidade. A Vereadora transita em todos os locais de Porto Alegre, desde a Zona Sul, o Extremo-Sul, onde eu moro, até a Zona Norte. Eu tenho uma votação pequena, a Vereadora fez voto em todas as regiões da Cidade. Portanto...

(Aparte antirregimental.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Exato, tinha que ser Prefeita. Talvez no próximo pleito. Sugestão do Ver. Rodrigo Maroni, talvez faça campanha para a Ver.^a Fernanda. Eu gostaria de encaminhar, em nome do meu partido, a votação pela aprovação da emenda proposta pelo Ver. Cláudio Janta, porque já antecipei, ainda no período de discussões, justamente a questão da valorização desses servidores. Talvez muitos aqui não saibam, certamente o Ver. José Freitas sabe disso, o adicional de risco de vida da Guarda Municipal é menor do que o dos agentes de trânsito da EPTC. Enquanto os agentes de trânsito ganham adicional de risco de vida de 45%, os servidores da Guarda Municipal, que têm muitas atribuições além da EPTC – e não estou desvalorizando os servidores da Empresa Pública Transporte e Circulação, eu quero a valorização da Guarda –, eles percebem apenas 30%. Questão de justiça apresentar essa emenda com o avanço? Sim, e, por conta disso, lutando pela valorização dos servidores públicos desta Cidade e desta categoria em especial, eu venho encaminhar o voto da nossa bancada do PSOL pela aprovação da Emenda nº 09.

Outra coisa, nós não podemos fechar os olhos para o que dizem alguns dispositivos deste projeto de lei. A questão da tutela de presos é algo que coloca a vida desses agentes de segurança em risco iminente, iminente. A aprovação desse projeto vai fazer com que haja uma responsabilidade por parte desses servidores com relação a essa atribuição nova de tutelar criminosos, ou possíveis criminosos. No caso do preso, só é fato depois de uma condenação, mas a tutela de indivíduos presos. Portanto, o nosso encaminhamento é pela aprovação desta emenda.

Eu não poderia me furtar de comentar algumas coisas que são muito pertinentes. Eu acredito que, no nosso País, não há tratamento igual para todas as pessoas, o que, para nós, é lamentável. Eu não acredito que haverá uma punição, não acredito que haverá qualquer tipo de punição a manifestações nas regiões do Parcão – não acredito! –, mas tenho certeza de que manifestações na periferia da nossa Cidade serão reprimidas de forma bastante dura, bastante enfática; manifestações na frente do Paço Municipal vão ser reprimidas de forma pesada. Eu trabalho na Lomba do Pinheiro e lá muitas manifestações por segurança e transporte público aconteceram neste ano.

Então, eu peço aos Vereadores e Vereadoras que se atentem ao que está sendo votado no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Adeli Sell (Lê.): “Votei na Emenda para desnudar a postura inconsistente da proposta do Executivo; para demonstrar que há uma farsa, uma máscara para esconder reais objetivos. Passagem de nível, no caso, carecerá de base legal, mas estamos no Parlamento, e o voto é nossa arma. Adeli Sell, Vereador do PT”.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Muito bem, colegas, eu venho encaminhar a Emenda nº 10, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que suprime o art. 14 do projeto de lei. O art. 14 – eu vou tentar usar um adjetivo singular – é bizarro. Ele coloca, principalmente, dois incisos que são escabrosos: qualquer manifestação na cidade de Porto Alegre vai ter que ser aprovada pelo Município quanto à localização e horário de realização, ou seja, se os alunos da minha escola decidirem reivindicar mais segurança no entorno da escola... E um detalhe: existe uma lei vigente nesta Cidade, mas que nunca foi cumprida, que estabelece um perímetro de segurança ao redor das escolas desta Capital. Essa lei, de autoria da Ver. Neuza Canabarro, nunca saiu do papel, e poderia evitar vários problemas nas comunidades escolares. Os alunos que reivindicarem segurança nas suas escolas terão que pedir autorização para a Prefeitura. Se a autorização for negada, eles não poderão fazer uma manifestação, não poderão! Então eles vão reivindicar dentro da sala de aula, vão reivindicar para o professor, que também faz parte desse processo e também é parte interessada. É isso que nós estamos fazendo! A partir desses absurdos, desses jabutis que foram enfiados aqui dentro! Se a população de Belém Novo quiser reivindicar um maior número de linhas que podem estar sendo cortadas, e existem várias linhas, vários itinerários, vários itens na tabela horária dos ônibus que estão sendo, simplesmente banidos, sumariamente, e a Prefeitura é conivente com relação a isso, a população não vai mais poder se manifestar, vai ter que pedir autorização para o Prefeito, aí o Prefeito vai dizer: “Não, não; na avenida não!. Se vocês quiserem fazer na beira da praia, dentro do Guaíba, podem, mas façam só das duas às quatro da manhã!”. Isso aqui é uma palhaçada! Isso aqui é uma piada de mau gosto! Isso aqui é cerceamento da liberdade de expressão, cláusula pétreia da Constituição. O que está sendo feito aqui é exatamente acabar com reivindicações da população que são contraditórias aos interesses do Governo! É imoral! É imoral! Outra: “as manifestações precisam observar as limitações de trânsito em via pública definidas

pelo Município”. Não será possível, através desse dispositivo, realizar uma caminhada, mesmo que feche parcialmente uma via, mantendo o fluxo, obviamente, de forma mais contingenciada, mas nem isso será permitido se não houver autorização do Município! Isso é ridículo! Não estou falando em nome do sindicato A, do sindicato B; eu estou falando em nome da cidadania desta Cidade. É um escárnio a contrariedade ao direito de manifestação de contrariedade às ideias da Prefeitura, porque, se for favorável, pode em qualquer horário, em qualquer local, está tudo liberado. Aos amigos, tudo; aos contrários, nada! É isso o que vai acontecer.

Portanto, encaminhamos o voto, pedimos o voto de todas as bancadas desta Casa legislativa para que esse absurdo seja retirado do projeto. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu acho que com a votação da emenda anterior ficou claro para os colegas da Guarda que não é um projeto para melhorar a carreira. É um projeto para aumentar as funções e, talvez, com a mudança de atribuições, até para justificar, porque eles rebaixam um pedaço das atribuições. Eu peço que vocês olhem com atenção, porque pode significar um desmonte da carreira, que é o que eles têm feito com todos os servidores municipais, inclusive com os da Guarda. Está todo mundo com o salário parcelado, ninguém está com o 13º na conta; talvez, no dia 26, comece, no Banrisul, o acesso ao crédito.

Eu falava – conversei com vários amigos que eu tenho nesse processo – que o Governo pegou uma carona nesse projeto, numa reivindicação legítima de poder fazer notificações, uma adequação à lei federal, para aumentar as funções de vocês e aumentar uma latência que existe no serviço dos trabalhadores da Guarda Municipal, que é aumentar a lógica repressiva da Guarda sobre os protestos da Cidade, sobre, inclusive, os protestos dos colegas servidores que lutam pelos direitos de todos, muitas vezes, por quem está naquela formação. Lamentável o que nós vimos na frente da SMA, na agressão aos servidores municipais durante a greve. Eu faço esse alerta, e quero concluir por aqui, por duas razões. Uma coisa é o que está na lei, que agora tem que pedir autorização, tem que multar quem tranca a rua, tem que observar as vias que foram delimitadas pelo Município, e outra coisa é a realidade. Existe uma diferença brutal entre a lei e a realidade. Nós vamos seguir fazendo protestos sem pedir autorização, nós vamos seguir trancando todas as ruas que for necessário quando houver injustiça com os movimentos sociais, com os movimentos populares.

Eu quero pedir, falar, apelar que os servidores da Guarda estejam do nosso lado, e não sendo bucha de canhão do Governo Marchezan; que os servidores da Guarda estejam conosco nessa luta. Muitas vezes nós estivemos juntos: na mudança do padrão, no risco de vida, nos casos de luta contra o assédio moral, que vocês sofrem

ainda dentro da Guarda Municipal, vocês tiveram o nosso apoio. Eu fui a todos os apitaços que vocês fizeram para a mudança do padrão, quando tinha gente aqui se escondendo pelos cantos, porque não queria dar aumento para vocês. Nós estávamos lá, porque são reivindicações justas dos trabalhadores, assim como são justos os que lutam contra o aumento da tarifa, como são justos os que lutam pelo direito ao salário, como são justos os que lutam para não perder carreira, como são justos os que lutam, como os cegos, o Roberto Robaina esteve lá junto com os colegas da ACERGS, para defender o direito dos deficientes visuais da nossa Cidade. E essa latência vai aumentar com a lei. Vocês tiveram um sinal do Governo Municipal com a votação que foi feita aqui, a votação anterior, não estendendo para o padrão 7; vocês tiveram um sinal do Governo Municipal ao não tirar a criminalização dos movimentos sociais, que nós tentamos com duas emendas. Nós sabemos de que lado nós queremos estar nessa história, e eu tenho a convicção de que muitos colegas da Guarda querem estar do nosso lado. Está na hora de virar os seus escudos para o lado que nos massacra, que nos tira direitos, que nos humilha, que nos envergonha, que colapsa Porto Alegre. Juntos, todos nós podemos ganhar. Eu, honestamente, quero dizer ao Governo Marchezan, que fique nos Anais, se quiserem mandar, etc., etc. etc., o que está sendo votado, querem que a gente peça autorização para se manifestar? Querem nos ameaçar com multa? Olha a quantidade de preocupação que temos com a lei. (Rasga o projeto). Não vamos! O Darcy Ribeiro dizia, o Pedro Ruas muitas vezes falou aqui: “Eu perdi muitas lutas que eu travei de direitos para os indígenas, de mais escolarização para o povo, de melhoria para a escola pública, mas não queria, nem por um segundo, estar do lado dos que venceram”.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa noite a todos e todas, eu acho que tenho que começar reforçando a fala da Ver.^a Sofia Cavedon, quando ela fez um reconhecimento para as pessoas que estão aqui discutindo, acompanhado a votação de um projeto que não lhe diz respeito diretamente. Isso mostra uma visão de cidade, uma preocupação com o bem público. Nessa hora já se escutou um pouco de tudo nesta tribuna, eu é a primeira vez que subo à tribuna hoje, porque achei que não precisava contribuir com a minha intervenção, pois sabia que tinha temas candentes e havia uma preocupação, principalmente, dos servidores e servidoras que estavam na Casa. Se todos os 36 falassem, as Sessões entrariam pela madrugada.

Mas eu não tenho como não ler a Constituição Federal no seu art. 5º, “Dos Direitos e Garantias”, lá no inciso XVI, é muito importante, é conquista da cidadania, conquista pós-ditadura (Lê.): “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em

locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”. Simplesmente, você precisa avisar a autoridade, não precisa pedir permissão para ela. Será que dá para entender isso? Eu acho estranho, Ver. Ricardo, o senhor, que se diz liberal, sobe aqui para cercear o direito à livre manifestação. Eu até gostaria que o senhor pudesse falar, porque os liberais estão aqui pedindo uma intervenção do estado! Eu não consigo entender! Eu até acho que é importante termos o argumento liberal para discutir, foi com a visão liberal que surgiram os direitos humanos contra o arbítrio do estado. Mas aqui nós estamos falando de Constituição Federal, que garante a livre reunião sem pedir autorização, desde que pacífica, logicamente, apenas avisando a autoridade. Por que esse “apenas avisando a autoridade”? Para não frustrar outra reunião marcada para o mesmo lugar. Aqui se cria uma série de regulamentos, e avisa, e tira, nós estamos mudando o Código de Posturas de 1975, que não foi recepcionado pela Constituição Federal nesse ponto, porque ele estabelecia uma série de regras para a utilização dos logradouros públicos. Quando exige que você tenha que pedir autorização, é inconstitucional ter que pedir autorização para fazer uma manifestação, seja ela cultural ou política. Obviamente que ela tem que ser pacífica, sem armas. Eu faço um convite para que os Vereadores leiam a Constituição e entendam o que nós estamos falando.

Eu escutei também o meu colega Ricardo Gomes falando das manifestações do Parcão. Juntou muita gente lá, Ver. Ricardo, e eu vi o senhor no caminhão de som e percebi, pelos vídeos, que o senhor era um dos protagonistas do golpe, se elegeu, talvez, justamente por essa conjuntura. Eu o convidaria a chamar uma nova manifestação. Talvez juntasse meia dúzia de gatos lá, porque as pessoas estão arrependidas de terem entrado nessa onda. O senhor diz que os nossos partidos usam as pessoas, mas vocês usaram as pessoas para se elegerem e estão aqui. Eu nunca tinha falado isso ao longo deste ano, mas, neste momento, quando o senhor mesmo falou do golpe, eu sou obrigado a dizer que o senhor é fruto, sim, de um golpe que foi dado. Lembro, como o Ver. Robaina bem colocou, que o golpe foi pelo Temer e pelo Cunha. A sua manifestação, provavelmente, deu força ao Temer e ao Cunha, que fizeram o golpe. Realmente, terminar o ano desta forma não era a minha vontade, mas a sua provocação cabe direitinho nisso que eu estou falando. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Marcelo adiantou o que vai acontecer se, por acaso, o projeto for aprovado, e, pelo andar da carruagem, talvez seja. O Governo está se especializando em apresentar nesta Casa projetos inconstitucionais, projetos sem fundamento nenhum, tanto é que já perdeu vários projetos na justiça – IPTU e tantos outros, é o que está

acontecendo. O Governo acha que uma lei feita numa Cidade em que o Prefeito se orgulha de ter ido a Paris, a Barcelona, de ter mandado, duas vezes, representantes do seu Governo falarem em participação popular, referência no mundo inteiro em participação popular, aonde as pessoas chegam e a primeira coisa que perguntam é como funciona o Orçamento Participativo, como foi o primeiro Fórum Social Mundial, que essa lei inconstitucional, antidemocrática, fascista irá travar as pessoas de reivindicar.

Eu venho de longe, muito longe. Em 1979, eu fiz a minha primeira greve, e não era barbada! Em 1979, eu tive três costelas quebradas, não tinha esse tamanho todo. Meus amigos, meus colegas, meus parceiros, nada nos impedia de lutar e nada tem nos impedido até hoje de lutar, seja em Porto Alegre, seja em cidades do Rio Grande do Sul, seja no Brasil afora, nada tem nos impedido de lutar. Porque quem luta por causas justas não tem lei, não tem opressor que o impeça de lutar, senão nós estaríamos ainda no sistema feudal, não teríamos feito as mudanças que foram feitas no mundo.

O Prefeito pode botar esses artigos que proíbem as pessoas de se organizar, pode botar esses artigos que proíbe as pessoas que morrem dentro dos ônibus de se organizar, pode botar esse artigo que proíbe as pessoas que lutam por moradia de se organizar, pode botar um artigo que proíbe as pessoas que lutam por condições melhores de vida de se organizar, essas pessoas vão continuar se organizando, e nós vamos continuar lutando. Nós fomos forjados na luta, nós não fomos forjados dentro de um escritório, nós não fomos forjados aprendendo a tentar fazer as coisas erradas. Nós fomos forjados a tentar melhorar a vida das pessoas, nós fomos forjados a cumprir os compromissos assumidos com as pessoas. Alguns Vereadores disseram que eu os coloquei numa saia justa, quando propus elevar os Guardas para o nível 7, mas é só os Guardas não fiscalizarem! Se os Guardas vão fiscalizar, eles têm que ir para o nível 7, é simples; se não vão fiscalizar, não têm que ir para o nível 7! Eu não botei ninguém em saia justa, quem botou em saia justa é o Governo, que bota todos em saia justa quando diz que esta Câmara não trabalha. São 10 horas e 12 minutos, e nós estamos trabalhando. É o Governo que diz que esta Câmara é o atraso da Cidade, e as coisas acontecem porque nós fizemos as coisas acontecerem. Esta Casa, que se preocupa com a população de Porto Alegre. Eu quero dizer para vocês que podem aprovar o que quiserem aprovar aqui, esse projeto é inconstitucional. Esse projeto é um absurdo de inconstitucional, primeiro, porque fala muito pouco na Guarda, do que aprovou o Governo Federal. Ele fala muito em tirar direito das pessoas, ele fala muito em tirar direito de cidadãos e fala muito em arrecadar. Ele teria que ser um projeto tributário, e não da Guarda. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores; eu vinha com meu menino de seis anos no carro, tinha uma consulta médica às oito e meia da manhã no Centro de Porto Alegre, eu chego no viaduto da Rodoviária, e o viaduto está trancado. Eu vinha ouvindo o rádio e tinha um protesto organizado pelos meus queridos Vereadores, a Ver.^a Fernanda, da bancada do PSOL, e eu vi que ia perder o médico do meu filho. O menino tem dermatite atópica, nós tínhamos marcado uma consulta. Eu desci do carro e disse: "Vou lá falar com o pessoal". E fui caminhando. Chegando lá, tinha um povo de uma ocupação de Porto Alegre, e perguntei quem era o líder. Veio uma pessoa que me perguntou quem eu era: "Eu sou Secretário do Urbanismo". Imediatamente, umas 50 pessoas me cercaram, até com risco a minha própria integridade. Eu disse: "Olha, estou aqui desarmado, de espírito desarmado, estou para conversar com vocês. O trânsito está interrompido até Novo Hamburgo, o trânsito está interrompido até Guaíba. Tem pessoas que estão em ambulâncias que têm consulta na Santa Casa, marcaram há três, quatro meses e vão perder as consultas. Eu mesmo tinha uma consulta. Eu quero fazer uma proposta a vocês: eu me proponho a sair caminhando com vocês agora daqui, nós liberamos a pista, vamos até o Paço, o Vice-Prefeito vai nos receber, nós vamos chamar o Secretário do DEMHAB". "Só um minutinho, nós vamos fazer uma assembleia." Foram lá e voltaram: "Não, nós não queremos". Aí eu digo assim: "Então, deixa eu dizer uma coisa para vocês: eu tenho a informação que está vindo o choque. Quando o choque chegar aqui, eu não tenho mais o que fazer, não posso ajudar vocês. Então, pensem de novo". "Só um minutinho que nós vamos lá decidir." Fizeram uma assembleia, botaram no telefone, fizeram um contato aqui, tinha um rapaz que era o Juliano Fripp, que eles conhecem, e resolveram: "Está bem, então nós vamos". Saímos caminhando. Cinco minutos que nós estávamos caminhando, chegou, de fato, o choque, só que eles resolveram caminhar ocupando toda a Mauá. Quando o choque chegou, empurrou o pessoal para a beira da calçada, para ocupar só duas pistas. Reclamaram comigo, e eu disse: "Olha, eu disse para vocês! Que bom que vocês saíram junto comigo, porque ia ser muito pior". Eu estou dizendo isso para vocês, porque milhões de pessoas foram prejudicadas naquele dia. Quando nós falamos que o direito de greve é um direito constitucional, Ver. Marcelo Sgarbossa, o senhor enxerga com um olho só, o senhor deveria usar um tapa-olho, porque, na verdade, o direito constitucional de greve, que é sagrado... Quando eu cheguei em Porto Alegre, eu tinha 13 anos. Eu fui para a esquina da frente do Paço Municipal e vi um comício, onde estavam Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, todos pregando pela redemocratização do nosso País, eu tinha 14 anos e estava lá. Então, eu participo disso, sou Vereador não é de graça! Não venham me ensinar aqui essa história! Só que tem que contrastar o direito à livre manifestação com o direito à livre circulação, ao ir e vir. Por que o trabalhador que trabalha das seis da manhã às oito da noite, sai na rodoviária a céu aberto da Av. Salgado Filho para ir para Restinga, ou para ir para o Lami, e tem que ficar duas horas trancados dentro do ônibus, sofrendo, muitas vezes por um movimento que é instrumentalizado por um pequeno grupo? Essa é uma reflexão que eu quero deixar. Portanto, esse comando não é absoluto. A própria

constituição que o Vereador leu já diz que tem que comunicar, mas os movimentos são desordeiros e provocam, sim, o vandalismo.

A segunda reflexão que deixo aqui é aos meus queridos Guardas Municipais. Eu sou favorável ao projeto e à valorização, até acho que não tem Governo mais atrapalhado do que esse, não tem. O Governo se comporta como um elefante em loja de cristais, consegue perder até os seus aliados. Eu estava propondo aqui o reforço da Secretaria da Segurança. Aí vem uma medida que, se vocês perguntarem para o Valter se ele quer o salário do presidente do Banco Central, eu vou dizer que quero; se perguntarem para mim se eu quero o salário do presidente do BankBoston, eu vou dizer que quero. É fácil ficar fazendo favores aqui! Nunca foi negociado com a Guarda colocar nível 7. Aí vêm certos Vereadores se apresentarem como defensores da Guarda. Eu vi o filme da frente da Prefeitura, com todo o respeito aos municipais, quando um municipal empurra o outro para cima da Guarda Municipal, para provocar a reação da Guarda Municipal. Eu vi agora há pouco, quando tinha dois ou três Guardas aqui, algumas pessoas ofendendo a Guarda Municipal e ameaçando os filhos dos Guardas nas escolas municipais. É muito feio, Vereadores, fazer esse tipo de demagogia, joguete político. Eu não ia me manifestar, eu quero preservar, vocês sabem da independência que eu tive aqui nos momentos mais decisivos deste ano, quando o direito dos municipal estava me jogo. Agora, entre o silêncio e a verdade que vai ao encontro da Justiça, eu prefiro não me calar! A tentação, Sr. Presidente, é a seguinte: a tentação da mulher de Ló, que olhou para trás e virou estátua de sal; a tentação de Ulisses, que colocou algodão nos ouvidos. Não caíamos em tentação barata, nem em demagogia barata! É preciso valorizar o servidor e é preciso valorizar os Guardas, mas não é possível fazer demagogia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; primeiro, eu queria fazer um encaminhamento pela bancada do PMDB contra esta Emenda nº 12, porque nós procuramos contemplar, no texto da Emenda nº 13, a competência de atuação da Guarda Municipal em áreas importantes, que mantêm a ordem dentro do espaço urbano sem atentar contra a democracia, mas preservando o meio ambiente, o direito de ir e vir das pessoas e, também, o direito de ocupação qualificada do espaço pública.

A Emenda nº 12, que é proposta do nosso colega Ver. Dr. Thiago, avança sobre a possibilidade de a Guarda Municipal também assinar os autos de infração de

trânsito. Ninguém aguenta mais essa fúria arrecadatória das multas de trânsito, e nós não podemos colocar uma atribuição para os Guardas Municipais numa cidade que tem uma frota de mais de 900 mil veículos.

(Aparte antirregimental.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: Perdão, encaminhei o contrário, tem razão, Ver. Janta: tira da Guarda isso, mas a ideia original que se tratou foi essa. Se nós colocássemos, como eu estava dizendo, me expressei mal, que os Guardas também pudessem fazer autuação de trânsito? Prejudica a emenda, por exemplo, para que os Guardas possam colaborar na fiscalização da Lei Complementar nº 728/14, que é o Código de Limpeza Urbana. Quem aqui não quer uma cidade mais limpa? Seria muita incoerência da minha parte, Ver. Cecchim, não apoiar a emenda que nós assinamos pela bancada para que a Guarda colabore com os fiscais do DMLU no combate aos focos crônicos de lixo e multem o cidadão infrator. Também seria muita incoerência da nossa bancada, tendo três Vereadores, dois secretários titulares, o Cecchim e o Valter, e um adjunto, que foi o Mendes, se nós não fizéssemos questão que a Guarda auxiliasse na fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico no combate ao comércio ilegal. E não é perseguição ou maniqueísmo de pobre contra rico, do bem contra o mal. É combater aquilo que o senhor, Ver. Robaina, também sugeriu, e eu estou de acordo: que nós possamos atacar – e o Ver. Adeli fez referência – os responsáveis por colocar essas pessoas miseráveis a comercializar produtos sem procedência e tornar, por exemplo, a Rua dos Andradas intransitável. Seria incoerência nós não apoiarmos aqui – e a nossa emenda reflete isso -, por exemplo, que a Guarda Municipal atue contra o vandalismo.

Nós fizemos uma visita da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, há dois domingos, a todo o eixo central da Redenção, que, há dois anos, foi entregue reformado para uso da população. Ele está com os bancos, os postes, as luminárias pichados ou quebrados. Alguém foi lá e quebrou, ou elas se quebraram sozinhas? Foi ação de vândalos, e boa parte dos espaços públicos está assim. E aí continua o fiscal da Secretaria Municipal de Saúde atuando na Vigilância Sanitária, continuam os azuizinhos atuando no cumprimento da lei federal, do Código Nacional de Trânsito e por aí adiante. Esse projeto acomoda aquilo que é competência da Guarda. Não vamos aqui achar que se está votando com o Governo ou contra o Governo, contra os servidores ou a favor dos servidores. Não é isso. Nós estamos votando a favor de uma ordem urbana, que é necessária em qualquer convivência social e democrática. Se alguém interpreta... E não vou também aqui passar recibo, Ver. Janta, de que o PMDB tem 27 cargos no Governo. Peço ao senhor que, amanhã, nesta tribuna, nos apresente quem são, e nós vamos lhe responder quem os indicou. Se os outros não responderam, o PMDB vai fazê-lo, porque isso não traz nenhuma mácula, por exemplo, à atuação independente que sempre tivemos aqui. Como disse o Ver. Valter, eu faço coro: não estou aqui a serviço do Governo apoiando esse projeto. A independência pressupõe não a burrice ou a cegueira ideológica, a independência pressupõe o apoio àquilo que é bom

para a Cidade, e a contrariedade àquilo que prejudica a Cidade. Estivemos, muitas vezes, ao lado dos servidores e continuaremos ao lado dos direitos deles, mas agora nós queremos uma Cidade para todos, limpa, organizada, com o apoio da Guarda para melhor fiscalizar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 006/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, eu encaminho daqui para que seja mais rápido. Primeiro, quero dizer que essa emenda corrige e ajuda o projeto. Segundo, quero dizer que a subemenda do Ver. Valter complementa essa também.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 13, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 31 votos **SIM**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Só para esclarecer, Sr. Presidente, o que o Ver. Cecchim falou como “subemenda”, na verdade, ele quis dizer que esta última emenda, que o plenário aprovou por unanimidade, era complementar àquela outra emenda que a Liderança do Governo não entendeu e encaminhou equivocadamente para que os Vereadores votassem “não”. Portanto, o que ele disse é que elas eram complementares, as duas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCE nº 006/17. (Pausa.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, durante toda a noite eu não falei, eu não tenho condições. Eu aprovo este projeto, estou aqui até esta hora para aprová-lo, por isso não vou me inscrever para falar, vou ouvir o Ver. Cláudio Janta.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço, Ver. Reginaldo Pujol. Está feito o registro.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 006/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu estava sentado ali me lembrando do Ver. Brasinha. O Brasinha dizia que, quando o projeto era bom, não precisava de tanto “puxadinho”. Este projeto, o que tem de “puxadinho”! Começa pelo projeto, porque, dentro dele, ele fala dum monte de coisas. Ele fala de cuidar muro. Não é o muro do prédio da Prefeitura, não é o muro do Mercado Público, não é o muro da catedral; ele fala do muro lá na vila! Ele fala de cuidar da calçada, ele fala de cuidar da grama, ele fala de cuidar dos buracos nas calçadas, ele fala de cuidar da conservação das vias públicas. Ele não fala só no Código de Posturas, se uma pessoa jogar o lixo pela janela. O projeto das pichações, quem fala é o projeto da Ver.^a Mônica Leal, tanto que veio um substitutivo para cá. Ele fala de outras coisas. Aí, quando chegou na hora de valorizar a Guarda, se ouviram vários pejorativos aqui. A Guarda foi sobrecarregada de atribuições, aumentaram suas atribuições, mas a sua valorização, de fato, não ocorreu. Só faltou dizer que além do rádio, da boina, do gás, da arma de choque, também vão ter que usar um ancinho, uma vassoura, porque vão ter que usar agora um aplicativo, mas o projeto não fala em nada que melhore as condições da Guarda. Pelo contrário, diz que a Guarda vai poder agora matar, vai poder ser motorista, vai poder ser relações públicas, e a sua função de valorização, de fato, não pode ter. Vai poder exercer o mesmo papel do fiscal, vai andar no Centro de Porto Alegre fiscalizando, vai entrar num bar, numa lancheria fiscalizando, vai entrar num prédio fiscalizando, mas não vai receber igual ao fiscal. Vai ter a mesma função, vai multar, vai ter toda a responsabilidade, mas não vai receber igual ao fiscal. Não fui eu que disse isso para vocês. Eu era Líder do Governo quando teve a primeira reunião com o pessoal da Guarda, e venderam isso para vocês. Só se esquecem que eu era Líder do Governo, eu sei das coisas que foram feitas no Governo. Eu sei! O Ver. Carús me cobrou que eu apresentasse para ele, amanhã, os nomes. Os nomes estão aí, Ver. Carús. Vá ali na minha mesa que eu lhe dou os nomes agora. Os nomes estão ali. Eu sei como é que funciona a prática deste Governo. Eu fiquei até agosto como Líder deste Governo. Vendem ilusão! Vendeu ilusão para os lojistas agora! Chamou os lojistas domingo e disse para os lojistas que ia resolver o problema do Centro agora, no final do ano, porque não estão vendendo nada, nada, nada! O pior Natal do comércio de Porto Alegre dos últimos 20 anos. O comércio de Porto Alegre, o comércio em geral se vende e se mede na sacola, volto a dizer isso. Aí chamaram os lojistas, para dizer que iam lançar essa campanha de tirar os ambulantes do Centro, e depois venderam para a sociedade que era apoio ao projeto do IPTU. Então, um Governo que engana. Está enganando os Vereadores que vai entregar... Hoje estava o rapaz aí, do Banco de Talentos, o Cristian, depois não vai entregar! Vai aprovar algumas coisas aqui e depois vai dizer que não dá, porque disse que ia diminuir o número de CCs e vai ter que diminuir, já está com quase oitocentos e poucos CCs, vai ter que diminuir. Agora não deu o que tinha que dar para a Guarda. Vocês hoje vão sair daqui sem o que tinham que levar: a elevação do nível e, com certeza, o reconhecimento do papel de vocês na cidade Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCE nº 006/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, já são 22h40min, nós estamos dando uma grande demonstração do que fizemos todo o ano aqui. Não tivemos medo de enfrentar os temas mais espinhosos e fizemos aquilo que a população espera de nós. Eu quero fazer um apelo aos Vereadores: já que ficamos até agora – cinco minutos a mais ou a menos não fazem diferença –, peço que nós possamos fazer a votação do meu requerimento de renovação de votação da Emenda nº 07 ao PLCE nº 006/17, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o requerimento de autoria do Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein, solicitando renovação de votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 006/17. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 22h41min.)

* * * * *